



VIVÊNCIAS MATERNAS NO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE MENINAS ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE

MATERNAL EXPERIENCES IN INTRA-FAMILIAL SEXUAL ABUSE OF INSTITUTIONALLY ADMITTED GIRLS

EXPERIENCIAS MATERNAS EN ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE NIÑAS ACOGIDAS INSTITUCIONALMENTE

Lyerka Kallyanne Ramos Fernandes¹, Jorge Luís de Souza Riscado², Paulo Renato Vitória Calheiros³, Maria Luiza de Albuquerque⁴

RESUMO

Objetivo: interpretar as vivências maternas e suas ações frente à revelação de abuso sexual em meninas no contexto familiar. **Método:** trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, na perspectiva de estudo de caso, por meio da Interpretação de Sentidos. Participaram duas mães que acompanhavam suas filhas acolhidas institucionalmente em distintas unidades de acolhimento por motivo de terem sido violentadas sexualmente. Para a interpretação das entrevistas, discutiu-se e analisou-se o material colhido com base nos referenciais teóricos propostos e reflexões acerca dos casos. **Resultados:** observou-se o predomínio de sentimentos maternos de culpa e incredulidade diante da constatação dos fatos vividos por parte das filhas de terem sido abusadas sexualmente por seus companheiros. **Conclusão:** destacaram-se a necessidade de uma reorganização dos serviços de ponta nesse tipo de atendimento, uma atenção às vulnerabilidades programáticas que ocorrem na Política Nacional de Assistência Social, bem como a efetivação, de fato, das políticas públicas já existentes, porém, ainda pouco delimitadas enquanto especificidades de atuação da Psicologia dentro dos serviços da assistência social.

Palavras-chave: Vivências Maternas; Violência Sexual Infantojuvenil; Serviços de Referências.

ABSTRACT

Objective: to interpret maternal experiences and their actions in view of the revelation of

^{1,3}Universidade Federal de Rondônia/UFRO. Porto Velho (RO), Brasil.

² Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Maceió (AL), Brazil.

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Florianópolis (SC), Brasil.

sexual abuse in girls in the family context. **Method:** it is an exploratory, qualitative study, from the perspective of a case study, through the Interpretation of Senses. Two mothers participated who accompanied their daughters institutionally sheltered in different shelters due to having been sexually assaulted. For the interpretation of the interviews, the material collected was discussed and analyzed based on the proposed theoretical references and reflections on the cases. **Results:** there was a predominance of maternal feelings of guilt and disbelief in view of the facts experienced by the daughters of having been sexually abused by their partners. **Conclusion:** the need for a reorganization of cutting-edge services in this type of care, attention to programmatic vulnerabilities that occur in the National Social Assistance Policy, as well as the realization of existing public policies, however, still limited as specificities of Psychology performance within social assistance services were highlighted.

Keywords: Maternal Experiences; Children and Youth Sexual Violence; Reference Services.

RESUMEN

Objetivo: interpretar las experiencias maternas y sus acciones en vista de la revelación del abuso sexual en niñas en el contexto familiar. **Método:** Es un estudio exploratorio, cualitativo, desde la perspectiva de un estudio de caso, a través de la Interpretación de los Sentidos. Participaron dos madres que acompañaron a sus hijas acogidas institucionalmente en diferentes unidades de acogimiento por haber sido agredidas sexualmente. Para la interpretación de las entrevistas, el material recogido se discutió y analizó en función de los marcos teóricos propuestos y las reflexiones sobre los casos. **Resultados:** predominaban los sentimientos maternos de culpa e incredulidad en vista de los hechos experimentados por las hijas de haber sido abusadas sexualmente por sus parejas. **Conclusión:** se destacó la necesidad de una reorganización de los servicios de vanguardia en este tipo de atención, la atención a las vulnerabilidades programáticas que se producen en la Política Nacional de Asistencia Social, así como la realización de las políticas públicas existentes, aún están poco definidas como especificidades del desempeño de la Psicología dentro de los servicios de asistencia social.

Palabras-clave: Experiencias Maternas; Violencia Sexual Infantil y Juvenil; Servicios de Referencia.

INTRODUÇÃO

Diversos termos podem ser utilizados para definir a prática da violência sexual, assim como estupro, atentado violento ao pudor ou incesto. Baseia-se nas considerações,^{1:51} que afirmou que o estupro "é quando o adulto obriga a criança ou a adolescente a manterem relação sexual vaginal", referindo-se especificamente a meninas; que o atentado violento ao pudor "engloba as outras práticas, voltadas para o prazer sexual do perpetrador",^{1:51} independentemente de a vítima ser menino ou menina, e o incesto é definido como "sendo uma relação sexual entre pessoas relacionadas entre si por algum vínculo, formal ou informal",^{1:47} que seja considerado culturalmente uma barreira para as relações sexuais. Optou-se por utilizar, neste trabalho, o termo abuso sexual que, em seu sentido mais amplo, "engloba o incesto e está relacionado à transgressão".^{1:51}

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a violência mais devastadora em termos desenvolvimentais é o abuso sexual infantojuvenil e estima-se que, no contexto mundial, uma a cada cinco mulheres e um a cada treze homens vivenciaram abuso sexual na infância ou adolescência.²

O fenômeno do abuso sexual pode ocorrer de forma extra ou intrafamiliar, sendo este último mais frequente, segundo dados demográficos nacionais e internacionais.³⁻⁵ O abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso acontece nas relações em que o adulto que abusa deveria assumir uma função de proteção, ainda que o vínculo não seja de consanguinidade.⁶

Com relação ao perfil e à dinâmica familiar das famílias que vivenciam a situação abusiva, as famílias atendidas eram, em grande parte, compostas por jovens, monoparentais e de baixa escolaridade, e a maior parte das situações de abuso sexual ocorria na relação intrafamiliar. Já as vítimas eram, em grande parte, meninas, das quais os abusadores se caracterizavam entre os pais e padrastos.⁷

Nas configurações familiares baseadas no núcleo patriarcal, proporciona-se a construção de um espaço onde há a ocorrência das violências de gênero e intergeracional.⁸ Ao abordar o tema do abuso sexual em uma perspectiva de gênero, analisando as relações de poder nas quais se atribui à menina (vítima) a responsabilidade pelo abuso sexual, responsabiliza-se também a mãe/madrasta dessas meninas, assinalando, mais uma vez, para a culpabilização da figura feminina.

Em um estudo que discutiu os aspectos relacionados às reações maternas frente à revelação do abuso, bem como aspectos ligados à questão da multigeracionalidade, apontou-se que, de maneira geral, as mães verbalizaram raiva direcionada à pessoa do abusador e sentimento de culpa pela violação sexual da filha.⁹⁻¹⁰ A maior parte das mães acreditou nas filhas e realizou a ação de denunciar, entretanto, nem sempre efetivou ações protetivas imediatas de distanciar as filhas do suposto abusador ou ainda realizar rapidamente a ação de denunciar. A mãe é apontada como figura de considerado destaque, pois pode, dentro desse contexto, vivenciar a experiência da violência sexual de três formas: como vítima, testemunha ou perpetradora.¹¹

No que se refere à revelação do abuso, em 37,6% dos casos, a denúncia da violência sexual foi realizada pela figura da mãe e, em 29% dos casos, foi realizada por outros parentes; em 15,1%, por instituições envolvidas com a criança, tais como escolas e hospitais, e, em 6,5%, por departamento de polícia.⁶ Ao realizar a

denúncia da filha, a mãe rompe com a transgeracionalidade da violência, podendo, assim, liberar a família em nível ascendente e descendente de se culpabilizar pela violência sofrida, havendo um rompimento do segredo familiar, desvelando uma coesão familiar doentia e uma hierarquia de dominação.¹²

Mães de meninas que sofreram abuso sexual podem apresentar uma variedade de manifestações que variam entre ansiedade, depressão e estresse pós-traumático,¹¹ podendo também apresentar reações de apoio e proteção ou, ainda, de evitação/esquiva, ambivalência ou indiferença.

No contexto brasileiro, as situações de violência contra crianças e adolescentes são acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, ofertado obrigatoriamente pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 2012, havia 51.340 casos de abuso sexual atendidos no país no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.¹³⁻¹⁴

MÉTODO

O estudo, no momento exposto, fez parte da dissertação de mestrado – As vivências maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas institucionalmente em Porto Velho (RO) - defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, mestrado acadêmico em Psicologia, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia.

Esta pesquisa foi conduzida sob a perspectiva da abordagem qualitativa por meio da análise de interpretação de sentidos sobre as vivências maternas e suas ações frente à revelação de abuso sexual em meninas no contexto familiar.

O método para colher os depoimentos foi por meio de entrevistas com roteiro de perguntas semiestruturadas, gravadas também em áudio, com duração média de 40 a 50 minutos cada, primando-se pela flexibilidade implícita a este tipo de pesquisa.

Salienta-se que, como forma de resguardar a identidade das mães interlocutoras do estudo, se optou por admitir codinomes de flores, minimizando, assim, a sua possível identificação, aparência ou similaridade.

Caracterizaram-se, como critério de exclusão, para participar da pesquisa, as mães que não tiveram um adequado nível de compreensão acerca da situação abusiva vivenciada pela filha.

Foram entrevistadas três mães, sendo que se optou por decompor as falas das duas primeiras que, apesar de terem vivenciado, de formas diferentes, as situações familiares ligadas ao processo do abuso sexual das filhas, em muitos pontos, verbalizaram falas que se convergiram ligadas às suas dores e dissabores. A fala da terceira mãe entrevistada acentuava-se mais quanto aos sentimentos da perda recente que apresentava diante da destituição do poder familiar dos quatro filhos, não atendendo, assim, ao objetivo principal desta pesquisa.

Assim, trata-se de um estudo de dois casos. O projeto de pesquisa foi apresentado à coordenação de Proteção Social Especial do Centro de Referência Especializado em Assistência Social, localizado em Porto Velho (RO), na qual se encontra o Serviço de Acolhimento Institucional, instituição onde as mães são acompanhadas, atendidas e orientadas devido ao acolhimento institucional das filhas.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia no qual foi aprovado conforme Parecer Consubstanciado Nº 650. 841, de 02/05/2014.

Análise e interpretação dos relatos

Cena "1": Dona Violeta - Filha desconfiada, mãe confiante

A primeira cena apresentada refere-se à mãe Dona Violeta, uma senhora de 44 anos, que cursou até à quinta série e exercia atividade laboral de serviços gerais em uma empresa terceirizada. É casada com o Sr. Cactos há vinte anos. O casal possui três filhos, dois meninos e uma menina, que são: G., de 13 anos, que cursa o 6º ano; M., de 20 anos, que não chegou a concluir os estudos e trabalha com atividades elétricas e Pétala, de dez anos, que cursa o 4º ano, a qual é a filha vítima de violência sexual e se encontra acolhida institucionalmente. Seu esposo, o Sr. Cactos, tem 43 anos, cursou até o Ensino Fundamental e trabalha como pedreiro.

A filha, Pétala, de dez anos, foi acolhida institucionalmente em setembro de 2014. Constam, nos documentos encaminhados pelo Conselho Tutelar, acusações de violência sexual perpetradas pelo genitor da criança, além do apontamento de dois vizinhos que também figuram como abusadores.

Cena "2": Dona Rosa - Mãe com sentimento de culpa

A segunda cena construída refere-se à mãe Dona Rosa, uma jovem senhora de 34 anos, que cursou até a terceira série e exerce atividade laboral como diarista em casa de terceiros. Declara seu estado civil como solteira por nunca ter oficializado seus relacionamentos conjugais anteriores.

Possui quatro filhos, dois meninos e duas meninas, que são: G., de 18 anos; Girassol, de 14 anos, vítima de violência sexual; Y., de sete anos e A., de três anos. Na época da ocorrência dos fatos, estava se relacionando há pouco tempo com o então companheiro abusador que, até o momento da entrevista, não teria sido ainda privado de liberdade.

A filha, Girassol, de 14 anos, foi acolhida institucionalmente em outubro de 2014. Consta, nos documentos encaminhados pelo Conselho Tutelar, que o motivo do acolhimento teria sido uma suposta tentativa de violência sexual, tendo, como autor, o padrasto. Na guia de acolhimento, foi possível identificar que a adolescente já teria sido vítima de violência sexual por parte do genitor que, inclusive, chegou a ser privado de liberdade. Os irmãos da adolescente também chegaram a ser acolhidos institucionalmente.

RESULTADOS

O estudo possibilitou compreender as vivências experienciadas por mães que têm suas filhas vítimas de violência sexual intrafamiliar. Para uma compreensão dos resultados levantados, os comentários foram divididos em quatro eixos norteadores: "A compreensão da dinâmica familiar na relação abusiva incestuosa"; "Os (res) sentimentos apresentados pela mãe diante da vitimização da filha"; "Minha filha foi abusada [...]. E agora? O que faço?"; "A contribuição do CREAS no enfrentamento das dificuldades atravessadas".

A compreensão da dinâmica familiar na relação abusiva incestuosa

Esse eixo norteador relaciona-se ao cotidiano familiar vivido pela família envolta no processo de violência sexual intrafamiliar. Nas cenas "1" e "2", pode-se observar a respeito da difícil aceitação das mães em assimilar a vivência abusiva mesmo diante da constatação dos fatos.

Eu não lembro o dia, assim, não foi nem ela que me falou, ela contou pra uma colega dela, pra mãe da coleguinha dela, aí, a mãe dela me contou, aí, a mãe dela me perguntou. Foi: "Mamãe, o papai tava com enxerimento comigo querendo pegar em mim, não é?" Aí, eu cheguei e conversei com ele, ele disse que era mentira! Que não tinha feito isso, que não ia fazer isso com a filha dele, aí, sempre, quando eu chegava, eu conversava com ela: "E aí, minha filha, teu pai tá mexendo com você?" Ela dizia: "Não, mãe", porque ela não ficava mais em casa, ficava na coleguinha, que aí eu saía e ia pra lá depois da escola. (Violeta)

[...] mais jamais eu pensei que o cara ia fazer uma coisa dessas e outra porque ele falou que a minha filha era que nem uma filha dele, entendeu? (Rosa)

Os (res) sentimentos apresentados pela mãe diante da vitimização da filha

Percebem-se uma confusão e o emaranhado de sentimentos descritos pelas mães entrevistadas, dentre os quais se destacam: ambivalência de sentimentos; sentimento de culpa e incredulidade diante da constatação. A esse respeito, destaca-se o seguinte trecho abaixo.

Mais aí, depois, não entendo, não sei não, se fosse, assim, um homem agressivo, sabe? Até para os vizinhos, se você for falar lá no bairro, vai falar tudo bem dele, não, Cactos é uma ótima pessoa! Mais só que aconteceu isso, vou fazer o quê, não é? É isso, nunca pensei que ia passar isso não! Principalmente com minha filha. (Violeta)

Minha filha foi abusada [...]. E agora? O que faço?

Este trecho corrobora o fato de a denúncia não ter sido realizada pela mãe e a tentativa que ela faz de esclarecer para o seu marido por meio do seguinte relato.

Deixa ele seguir a vida dele, eu não sei como é que vai ser porque não fui eu que dei parte, apesar de que eles cobram de mim. Mais não fui eu que fui lá não, foi ela porque, às vezes, o Cactos bota, assim, muito a culpa em mim também. (Violeta)

A contribuição do CREAS no enfrentamento das dificuldades

Nesta categoria, emergem os seguintes discursos das mães acerca da perspectiva dos atendimentos do CREAS.

*No momento, quando ele liberar ela, o juiz levar ela pra casa, eles vão ter que saber se eu posso cuidar dela, não é? E eu queria uma ajuda pra ela, **conversar com ela, pra ajudar ela um pouco pra me ajudar, eu acho que é o máximo que pode ter, sabe?** Porque ela já está mocinha, tem dez anos. E é isso aí: deixar o barco correr e eu cuidar dela. Porque eu estou trabalhando, eu não sei como é que vai ser meu financeiro porque ele, trabalhando, vai ter que ajudar, não é? De longe, dar dinheiro, então, não vai está próximo de dentro de casa como a família, mais ele vai ter que ajudar, então, ajuda eu quero pra ela, não é? Conversar com ela pra vê o que tá acontecendo porque que ela é assim, vamos vê que, depois disso, que ele sair, se ela vai melhorar, eu quero isso: acompanhamento. (Dona Violeta) [Grifos nossos]*

***Acho que conversando com a família, não é? Conversando, entrando em contato, eu acho, para mim, vai ser bom esses encontros familiares [...] assim [...] falar, conversar assim, entendeu? Para mim, eu acho que vai ser bom! É o que eu penso.** É "que nem" eu e minha filha: a gente não se dá bem, eu e minha mãe também não, mais eu nunca cheguei na minha mãe e falei; a minha filha, ela não é a única filha e eu sou, e isso me dói muito, entendeu? Então, assim [...] eu errei (choro), mais a minha mãe, ela errou mais (Dona Rosa). [Grifos nossos]*

DISCUSSÃO

Interpretar as vivências maternas frente ao conhecimento da situação abusiva é falar das feridas ainda abertas dessas mães e, inclusive, no momento das entrevistas, elas estão vivenciando o acolhimento institucional de suas filhas, a punição ou impunidade de seus companheiros, a desconfiança e a cobrança de amigos, vizinhos e familiares e, como tantas outras, a sua própria cobrança e dor diante dessa tempestade de conflitos e sentimentos.

Quando se fala sobre a compreensão da dinâmica familiar na relação abusiva incestuosa, as vivências maternas descritas são permeadas por sentimentos de culpa e incredulidade diante da constatação dos fatos vividos pelas filhas, bem como da disfuncionalidade existente na dinâmica familiar dessas parentelas apresentadas em destaque no aspecto da comunicação.⁹

A parentada, que pode aparecer como suporte, pode também demonstrar sentimentos de incredulidade diante dos fatos ocorridos, não aceitando a verbalização da vítima, sendo, por vezes, por medo do desamparo financeiro e emocional que a validação dos fatos pode ocasionar.

Sobre os (res) sentimentos apresentados pela mãe diante da vitimização da filha, debater a respeito do papel da mãe e mulher diante do abuso incestuoso da filha é importante para não a colocar em uma posição dentre as que podem ser

citadas (de culpada, negligente, passiva, omissa e conivente), das quais se utiliza constantemente o senso comum como desconhecedor das múltiplas facetas do fenômeno.¹¹

A categoria “Minha filha foi abusada [...]. E agora? O que faço?” diz respeito à família com dinâmica de violência onde o aspecto comunicação é visto como um importante fator que se apresenta em disfuncionalidade nessas famílias.

Nos relatos das ações, ou falta delas, que foram tomados pelas mães nos casos aqui discutidos, destacou-se que as entrevistadas apresentavam sentimentos de medo de perder a família constituída, em especial, no caso de Violeta, que verbalizava a pressão na qual era cobrada pelo marido, bem como a incredulidade de familiares e vizinhos. Rosa, apesar de estar em um relacionamento recente com o então abusador, também apresentava esse receio que acabou ocorrendo, quando seus filhos precisaram ser acolhidos e, posteriormente, entregues aos cuidados do pai, fato que causou seu sofrimento diante da perda da família formada.¹²

Diante da contribuição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social no enfrentamento das dificuldades, é de consenso das mães entrevistadas, nessa categoria, que a expectativa das mesmas frente às intervenções que podem ser oferecidas pela instituição, diante da vivência abusiva das filhas, é a possibilidade de “conversar”, como nomeiam ou, então, recebem, tanto as mesmas quanto as filhas, atendimentos dos profissionais que compõem essa rede de atendimento.

Nesse sentido, ainda, facilitar espaços de conversações entre as pessoas, nos quais suas experiências e histórias possam ser legitimadas, é uma maneira de mediar as relações tanto familiares como comunitárias, podendo, por meio desse mecanismo, ser construídos arranjos de superação das adversidades e rompimento do círculo de narrativas, que indiquem apenas fatalidades, redundância, não levando a alternativas.

A partir dessa perspectiva, dos novos arranjos familiares que foram se constituindo, percebe-se a atenção dispensada a esse público por meio da Política Nacional de Assistência Social, que traz, em sua centralidade, a matricialidade sociofamiliar. E são essas mesmas mães que os profissionais recebem nos CREAS para atendimento e acompanhamento.

Em um estudo sobre a vivência de (des) acolhimento de mulheres vítimas de estupro que buscam serviços de saúde,¹⁵ os autores apontaram para a inadequada

infraestrutura da maternidade, sobretudo por conta da falta de espaço físico para a abordagem da mulher com privacidade e do insuficiente quantitativo de recursos humanos e para uma crítica aos funcionários dos serviços que acabam por expor a mulher e propagar o estupro a que esta foi vitimizada, desvelando a violência institucional. Segundo os autores supracitados, essa vivência durante o atendimento recebido nos serviços de saúde favorece um processo de revitimização dessa mulher, que já carrega os traumas provenientes do estupro.

Com relação ao atendimento a essas mulheres, o Protocolo de Atendimento de Enfermagem às Mulheres Vítimas de Violência Sexual tem proporcionado, à cliente, um atendimento integral e humanizado e, à enfermeira, maior autonomia na sua área de atuação, favorecendo o trabalho colaborativo e interativo com a equipe multidisciplinar.¹⁶

CONCLUSÃO

O assunto abordado neste estudo reveste-se de relevância significativa por tratar-se de temática importante para a atuação da Psicologia nos campos da área social e da saúde, principalmente atuantes em políticas públicas que fazem parte da rede de proteção.

O debate ligado à transgeracionalidade ou multigeracionalidade na história de vida dessas mulheres fala por si só. Talvez, o não conhecimento de que a violência pode ser muito mais ampla do que se imagina não proporcionou repertórios necessários à interpretação do fenômeno violência por elas, mas que as mães entrevistadas, de fato, atravessaram, também, uma série de violações dentro do seu contexto familiar é fato inegável.

Em relação à dificuldade materna de aceitação da violência sexual ter ocorrido, foi possível perceber, nas mães entrevistadas, que esta dificuldade também é enfatizada por parte dos demais familiares, sejam estes irmãos da vítima, tias e até mesmo os vizinhos desse contexto.

Registra-se, como fundamental, a necessidade de serem repensadas as políticas públicas de enfrentamento do fenômeno, pois o empoderamento na política da assistência social precisa ser direcionado e executado a toda a rede de apoio que cerca mães e familiares das meninas vítimas.

Destaca-se que a ciência da Psicologia precisa participar ativamente desse processo de construção, das formas de pensar e atuar nos diversos segmentos, que incluam os programas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. É

fundamental reconhecer essa violação como um fenômeno multifacetado e que, portanto, para ser vencido, pressupõe a junção de diversos saberes e competências.

REFERÊNCIAS

1. Pires Filho MF. Abuso sexual em meninos: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições. Curitiba: Juruá Psicologia; 2009.
2. World Health Organization. Child maltreatment [Internet]. Geneva: WHO; 2014 [cited 2020 Apr 15]. Available from: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment>
3. Contreras JM, Bott S, Guedes A, Dartnall E. Violência sexual na América Latina e no Caribe: uma análise de dados secundários [Internet]. Pretória: [s.n]; 2010. Available from: https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2010/sexual_violence_LA_Caribbean_p.pdf
4. Kristensen CH, Oliveira MS, Flores RZ. Violência contra crianças e adolescentes na grande Porto Alegre: pode piorar? In: Fundo das Nações Unidas para a Infância. Unicef: Brasília;1999. p. 104-17.
5. Trentin D, Vargas MAO, Lino MM, Leal SMC, Ferreira ML, Saioron I. Women care in situations of sexual violence: an integrative literature review. *Esc Anna Nery Rev Enferm.* 2019 Oct; 23(4):e20180324. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2018-0324
6. Habigzang LF, Ramos MS, Koller SH. The disclosure of sexual abuse: adopted measures by the support network. *Psic Teor e Pesq.* 2011 Oct/Dec; 27(4):467-73. DOI: 10.1590/S0102-37722011000400010
7. Silva VV, Alves RM, Garcia RS, Viana LS, Vieira MS. Os motivos para a perpetuação do silêncio das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. In: 10º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. Anais do 10º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão [Internet]. Santana do Livramento: UNIPAMPA; 2018 [cited 2019 Aug 10]; 10(2):1-4. Available from: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/17992/seer_17992.pdf
8. Gomes NP, Diniz NMF, Araújo AJS, Coelho TMF. Understanding domestic violence from the categories gender and generation. *Acta Paul Enferm.* 2007 Oct/Dec; 20(4):504-8. DOI: 10.1590/S0103-21002007000400020
9. Monteiro ACS, Fernandes ATRS, Oliveira ABM, Peixoto IVP, Pamplona MCCA. Mothers' perspective on violence against children: constructing meanings. *Rev Bras Enferm.* 2018 Jan/Feb; 71(1):34-9. DOI:10.1590/0034-7167-2016-0568
10. Santos SS, Dell'Aglio DD. Understanding the mothers of children who are victims of sexual abuse: cycles of violence. *Estud Psicol (Campinas).* 2008 Oct/Dec; 25(4):595-606. DOI: 10.1590/S0103-166X2008000400014
11. Ministério da Saúde (BR), Diretoria do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação da Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas [Internet].

Brasília: Ministério da Saúde; 2002 [cited 2019 Aug 10]. Available from: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>

12. Narvaz MG, Koller SH. Families and patriarchy: from normative prescription to creative subversion. *Psicol Soc.* 2006 Jan/Apr; 18(1):49-55. DOI: 10.1590/S0102-71822006000100007
13. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BR), Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais [Internet]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2009 [cited 2019 Aug 10]. Available from: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf
14. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BR). Relatório Censo SUAS [Internet]. Brasília: MDS; 2013 [cited 2020 Mar 15]. Available from: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resultados-do-censo-suas-2013/>
15. Barros LA, Albuquerque MCS, Gomes NP, Riscado JLS, Araújo BRO, Magalhães JRF. The (un)receptive experiences of female rape victims who seek healthcare services. *Rev Esc Enferm USP.* 2015 Mar/Apr; 49(2):193-200. DOI: 10.1590/S0080-623420150000200002
16. Higa R, Mondaca ACA, Reis MJ, Lopes MHBM. Assistance to women victims of sexual violence: a nursing care protocol. *Rev Esc Enferm USP.* 2008 June; 42(2):377-82. DOI: 10.1590/S0080-62342008000200023